

Mapa da distribuição da verba de 50.000\$ para as despesas com o serviço de inspecção às escolas de ensino primário geral da República (1920-1921)

Circuitos escolares	Importância
1 Agueda	400\$00
2 Anadia	400\$00
3 Aveiro	500\$00
4 Feira	500\$00
5 Oliveira de Azeméis	400\$00
6 Beja	300\$00
7 Ourique	300\$00
8 Serpa	400\$00
9 Amares	400\$00
10 Barcelos	600\$00
11 Braga	200\$00
12 Cabeceiras de Basto	600\$00
13 Guimarães	500\$00
14 Bragança	500\$00
15 Mirandela	500\$00
16 Mogadouro	500\$00
17 Torre de Moncorvo	500\$00
18 Castelo Branco	500\$00
19 Covilhã	500\$00
20 Sertã	400\$00
21 Arganil	600\$00
22 Coimbra	600\$00
23 Figueira da Foz	500\$00
24 Lousã	400\$00
25 Extremoz	400\$00
26 Évora	600\$00
27 Montemor-o Novo	200\$00
28 Faro	400\$00
29 Silves	400\$00
30 Tavira	300\$00
31 Guarda	500\$00
32 Pinhel	400\$00
33 Sabugal	400\$00
34 Seia	400\$00
35 Trancoso	400\$00
36 Vila Nova de Fozcoia	300\$00
37 Alcobaca	300\$00
38 Anírio	300\$00
39 Caldas da Rainha	300\$00
40 Leiria	300\$00
41 Grândola	200\$00
42 Lisboa (1.º bairro)	100\$00
43 Lisboa (2.º bairro)	100\$00
44 Lisboa (3.º bairro)	100\$00
45 Lisboa (4.º bairro)	100\$00
46 Lisboa (suburbano)	400\$00
47 Setúbal	300\$00
48 Torres Vedras	600\$00
49 Vila Franca de Xira	600\$00
50 Alter do Chão	300\$00
51 Elvas	300\$00
52 Portalegre	400\$00
53 Amarante	400\$00
54 Baião	200\$00
55 Paços de Ferreira	400\$00
56 Penafiel	500\$00
57 Porto (1.º bairro)	100\$00
58 Porto (2.º bairro)	100\$00
59 Porto (suburbano)	500\$00
60 Vila do Conde	400\$00
61 Vila Nova de Gaia	300\$00
62 Abrantes	400\$00
63 Santarém	600\$00
64 Tomar	400\$00
65 Torres Novas	400\$00
66 Arcos de Valdevez	400\$00
67 Valença	300\$00
68 Viana do Castelo	300\$00
69 Alijó	500\$00
70 Chaves	400\$00
71 Montalegre	400\$00
72 Pêso da Régua	400\$00
73 Vila Pouca de Aguiar	400\$00
74 Vila Real	500\$00
75 Lamego	300\$00
76 Mangualde	300\$00
77 Moimenta da Beira	300\$00
78 Santa Comba Dão	300\$00
79 S. Pedro do Sul	500\$00
80 Tabuaço	400\$00
81 Tondela	500\$00

Circuitos e-c lares	Importância
82 Visen	400\$00
83 Angra do Heroísmo	400\$00
84 Horta	400\$00
85 Ponta Delgada	400\$00
86 Funchal (oriental)	300\$00
87 Funchal (occidental)	300\$00
Junta Consultiva	3.000\$00
Soma	36.500\$00
Para inquéritos, sindicâncias, vistorias e reforço de verba	13.500\$00
Soma total	50.000\$00

Lisboa, 16 de Junho de 1921.—O Director Geral, João de Barros.

D. do G. n.º 121.

Direcção Geral de Belas Artes

2.ª Repartição

Decreto n.º 7:552-A

Tendo o Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª Circunscrição, em conformidade com a atribuição que lhe confere o artigo 42.º do decreto com força de lei de 26 de Maio de 1911, deliberado propor ao Ministro da Instrução Pública, por intermédio da Direcção Geral de Belas Artes, que o chamado Arco Pequeno de Almedina, da cidade de Coimbra, seja incluído na categoria de monumento nacional;

Havendo o Ministro da Instrução Pública ouvido, sobre essa proposta, o Conselho de Arte Nacional, que, por unanimidade de votos, a corroborou;

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 1.º da lei n.º 891, de 22 de Setembro de 1919;

Hei por bem decretar, sob proposta do Ministro da Instrução Pública, que, para todos os efeitos legais e designadamente para os do capítulo v do decreto com força de lei de 11 de Maio de 1911, seja considerado monumento nacional o Arco Pequeno de Almedina, da cidade de Coimbra.

O Ministro da Instrução Pública assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 16 de Junho de 1921.—ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA—António Ginestal Machado.

D. do G. n.º 121 (rect. no D. do G. n.º 133).

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Direcção Geral da Segurança Pública

Portaria n.º 2:790

A portaria n.º 2:084, de 29 de Novembro de 1919, autorizou a entrada e saída aos nacionais munidos de passaportes concedidos no estrangeiro pelos nossos consules, nos termos do regulamento geral consular e dos serviços de emigração, durante a validade dos mesmos passaportes, ficando todavia sujeitos, para o efeito de saída, ao visto do governo civil onde tenha residido o interessado. Ora a concessão de passaportes nos governos civis para os individuos varões até os quarenta e cinco anos obedece ou à prova de pagamento das taxas militares concernentes a todo o periodo, quando isentos, ou à de caução de 150\$ na hipótese contrária, pormenores estes que são exarados naqueles diplomas. Os passaportes solicitados lá fora também registam a situação

	uma tabela fixando o tempo de duração dos artigos de material de aquartelamento.— D. G. 105	621		Senhora da Graça, da freguesia de Vila do Cais, Amarante, a aceitar um legado.— D. G. 113 . . .	652
2756	— 21 Maio (Marinha).— Torna extensivas aos operários mecânicos condutores de automóveis e aos operários da oficina de máquinas do Arsenal da Marinha prestando serviço na Direcção dos Serviços Marítimos as melhorias de vencimentos concedidas aos operários em serviços na Aeronáutica Naval e Esquadilha de Submersíveis.— D. G. 105	623	2773	— 3 Jun. (Trabalho).— Autoriza o Asilo do Vilar, do do Pôrto, a aceitar um legado.— D. G. 113 . . .	652
2757	— 21 Maio (Trabalho).— Autoriza a delegação em Lisboa da Assistência da colónia portuguesa do Brasil a adquirir uma propriedade na freguesia de S. Martiño do Bispo, concelho de Coimbra.— D. G. 105	623	2774	— 4 Jun. (Interior).— Aprova o modelo do recibo das despesas feitas pelos agentes de passagens e passaportes com os serviços prestados aos emigrantes.— D. G. 114	653
2758	— 23 Maio (Trabalho).— Manda entregar à Caixa Económica Marítima os títulos depositados pela Empresa Nacional de Navegação (em liquidação) na Caixa Geral de Depósitos e Instituições de Previdência, à ordem do Ministro do Trabalho, como presidente do Conselho de Administração do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral, para garantia das pensões a sinistrados ou suas famílias, por desastre no trabalho.— D. G. 106	624	2775	— 4 Jun. (Justiça).— Regula a execução do disposto nos artigos 30.º e 31.º da Lei da Separação.— D. G. 114	653
2759	— 23 Maio (Trabalho).— Autoriza a Companhia de Seguros La Union y el Fenix Espanol, com sede em Madrid, a substituir nos seus depósitos vários títulos sorteados.— D. G. 106	624	2776	— 4 Jun. (Justiça).— Entrega à Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de S. Jorge, da freguesia de Sarilhos Grandes, Aldeia Galega do Ribatejo, a respectiva igreja matriz e os paramentos, alfaias e demais objectos que nela existem.— D. G. 114	654
2760	— 23 Maio (Colónias).— Esclarece que continua em vigor o § único do artigo 111.º do decreto n.º 3:059, que reorganizou os serviços de fazenda das colónias.— D. G. 107	628	2777	— 4 Jun. (Justiça).— Autoriza a venda de uma capela situada na Praia da Granja, freguesia de S. Félix da Marinha, Gaia.— D. G. 114	654
2761	— 23 Maio (Trabalho).— Autoriza a estância hidro-mineral das Termas de S. Pedro do Sul a aumentar a taxa de inscrição médica para 5\$.— D. G. 107	629	2778	— 4 Jun. (Justiça).— Manda entregar à Irmandade de S. Vicente, com sede na igreja parochial de Alcabideche, Cascais, as capelas de Nossa Senhora das Neves, Santa Iria e Nossa Senhora da Conceição, sitas respectivamente nos lugares de Manique de Baixo, Murches e Alcabideche.— D. G. 114	654
2762	— 23 Maio (Instrução Pública).— Exceptua de caducar a favor do Estado, como preceitua o decreto n.º 6:653, um subsídio concedido à Câmara Municipal de Guimarães e autoriza-a a applicá-lo na conclusão do edificio escolar da freguesia de S. Torcato.— D. G. 109	632	2779	— 3 de Jun. (Trabalho).— Aprova o aumento do precário para applicações terapêuticas e higiénicas das nascentes de águas minerais de Luso.— D. G. 115 (rect. D. G. 121)	655
2763	— 23 Maio (Colónias).— Anula a portaria n.º 85, de 20 de Setembro de 1918, do Governo da Província da Guiné, que aprovou o regulamento para a concessão dos terrenos do Estado nessa provincia.— D. G. 110	633	2780	— 3 Jun. (Trabalho).— Aprova o aumento de precário para as applicações terapêuticas e higiénicas da nascente de águas minero-medicinaes Caldas de Monção.— D. G. 115 (rect. D. G. 121)	656
2764	— 1 Jun. (Trabalho).— Autoriza a Companhia de Seguros A Fenix Portuguesa, com sede em Lisboa, a constituir-se definitivamente e a explorar vários ramos de seguros.— D. G. 111	633	2781	— 3 Jun. (Trabalho).— Aprova o aumento do precário para as applicações terapêuticas e higiénicas da nascente de aguas minero-medicinaes Alcaçarias do Duque.— D. G. 115 (rect. D. G. 121)	656
2765	— 1 Jun. (Agricultura).— Determina que o director de serviços da 12.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública proceda à inspecção da escrita do Commissariado Geral dos Abastecimentos.— D. G. 111	635	2782	— 6 Jun. (Trabalho).— Autoriza a Companhia de Seguros Guardian Assurance Company, Limited, com sede em Londres e agência em Lisboa, a explorar o ramo de seguros marítimos.— D. G. 115	656
2766	— 23 Maio (Guerra).— Esclarece as dúvidas suscitadas acerca do concurso que aos trabalhos do Estado Maior do Exército podem ser chamados a prestar os officiaes supranumerários que, pela natureza dos serviços dependentes do Ministério da Guerra, que desempenham, não se encontram directamente subordinados ao chefe do Estado Maior do Exército.— D. G. 112	636	2783	— 9 Jun. (Finanças).— Cria um posto de despacho de 2.ª classe em Salão, Ilha do Faial.— D. G. 116	656
2767	— 3 Jun. (Interior).— Declara que a expedição de alvarás de licença para agências de passagens e passaportes é da exclusiva competência do Commissariado Geral dos Serviços de Emigração.— D. G. 113	638	2784	— 11 Jun. (Justiça).— Manda entregar à Irmandade do Santissimo Sacramento da freguesia de Bucelas a igreja parochial de Nossa Senhora da Purificação e os objectos, paramentos e alfaias nela existentes.— D. G. 117	657
2768	— 3 Jun. (Interior).— Aclara que, nos termos do disposto no decreto n.º 7:370, é obrigatória a apresentação, a todas as pessoas que embarquem, do recibo das despesas feitas pelos agentes de emigração.— D. G. 113	651	2785	— 11 Jun. (Marinha).— Reconhece oficialmente as sociedades de classificação de navios Lloyd's Register of Shipping, Bureau Veritas, Norske Veritas e Registro Navale Italiano, para os effeitos do disposto no n.º 22 da tabela anexa ao decreto n.º 5:703, que estabelece a dispensa de vistoria ou arqueação a navios ou embarcações registadas em instituições de reconhecida competência.— D. G. 117	653
2769	— 3 Jun. (Trabalho).— Autoriza a Lis, Liga Internacional de Seguros, a reformar os seus estatutos.— D. G. 113	652	2786	— 14 Jun. (Comércio).— Cria estampilhas das taxas de 5\$ e 10\$ para serviço do correio no continente e ilhas adjacentes.— D. G. 119	662
2770	— 3 Jun. (Trabalho).— Autoriza a Confraria de Nossa Senhora do Rosário da Portela, freguesia de Tâmel (S. Fins), concelho de Barcelos, a levantar dos seus fundos a quantia de 300\$ para melhoramentos na capela da mesma Confraria.— D. G. 113	652	2787	— 14 Jun. (Agricultura).— Esclarece que os óleos comestiveis importados do estrangeiro, que tenham sido despachados mediante fiança ou depósito, deverão ser considerados ao abrigo do artigo 1.º do decreto n.º 7:513, que isenta de imposto de fabricação e consumo e de qualquer imposto geral ou local os óleos comestiveis.— D. G. 119	662
2771	— 3 Jun. (Trabalho).— Autoriza a Confraria de Nossa Senhora da Vitória, do Pôrto, a aceitar um legado.— D. G. 113	652	2788	— 16 Jun. (Interior).— Declara que a apresentação de candidaturas é obrigatória para as eleições de Deputados e Senadores.— D. G. 121	662
2772	— 3 Jun. (Trabalho).— Autoriza a Arquiconfraria do Sagrado Coração de Maria, creta na capela da	152	2789	— O diploma indevidamente publicado como portaria n.º 2:789 passou a constituir o decreto n.º 7:552-A.	
			2790	— 17 Jun. (Interior).— Regula o pagamento da caução exigida para concessão dos passaportes nos Governos Civis aos individuos sujeitos ao serviço militar.— D. G. 122	665
			2791	— 17 Jun. (Finanças).— Manda cobrar pelos serviços extraordinarios prestados pelos empregados das inspecções da fiscalização dos impostos de produção e consumo 50 por cento das taxas estabelecidas no artigo 5.º da tabela de emolumentos anexa ao decreto n.º 7:371.— D. G. 122	666
			2792	— 20 Jun. (Marinha).— Torna extensivas aos operários da officina de máquinas do Arsenal da Marinha prestando serviço no vapor <i>Capitania</i> , do Departamento Marítimo do Centro, as melhorias de vencimentos concedidas pelo decreto n.º 7:022.— D. G. 124	718